

As relações interamericanas durante o Governo Geisel

Bianca R. P. Amorim*

Paula S. Rollo**

Renata R. dos Santos***

Resumo: Através dos documentos encontrados nos acervos do ex-presidente Ernesto Geisel e de seu ministro das relações exteriores Antônio Azeredo da Silveira disponibilizados no CPDOC-FGV, procuramos problematizar as relações entre os países latino-americanos na segunda metade da década de 1970, período em que muitos da América do Sul estiveram sob ditadura. Abordamos as trocas de informação entre os governos autoritários do Cone Sul em diversos níveis, privilegiando os esforços por ações no combate a "subversão", bem como as articulações entre os vários países da América Latina no intuito de garantir suas respectivas isenções nos processos de acusação de violações dos direitos humanos.

Abstract: The documents found in the collections of former President Ernesto Geisel and his minister of foreign affairs Antonio Azeredo da Silveira available at the CPDOC-FGV, we discuss the relations between Latin American countries in the second half of the 1970's, a period when a lot of them were under dictatorships. We analyse the exchange of informations among the Southern Cone authoritarian governments at various levels, focusing efforts on actions to fight against "subversion" and the cooperation between the various Latin American Authoritarian States to ensure their exemptions in cases of prosecution of human rights violations.

Palavras-chaves: Relações internacionais – Direitos Humanos –Cone Sul

Keywords: Foreign Affairs - Human Rights - Southern Cone

Este trabalho está relacionado ao projeto *O exílio argentino no Brasil ditatorial*, coordenado por Samantha Quadrato, e que tem como objetivo “contar” a história do exílio argentino no Brasil. Nesse sentido, discute as memórias deste peculiar exílio num país vizinho também sob ditadura.

Para a realização do projeto, pesquisamos nos acervos do ex-presidente Ernesto Geisel e do ministro das Relações Exteriores de seu governo Antônio Azeredo

* Aluna do curso de História da UFF e bolsista de IC CNPq-PIBIC.

** Aluna do curso de História da UFF e bolsista de IC FAPERJ.

*** Aluna do curso de História da UFF e bolsista de IC FAPERJ.

2

da Silveira, ambos disponibilizados no CPDOC-FGV. Através da análise de tais fundos fomos familiarizados com o quadro ditatorial do Cone Sul de meados dos anos de 1970 e 80. A partir daí, surgiu o interesse de problematizarmos a questão dos direitos humanos e as relações entre os países da região.

Deste modo, abordaremos as trocas de informações entre os governos autoritários em diversos níveis, privilegiando os esforços por ações no combate à *subversão*, bem como, as articulações com o intuito de garantir suas respectivas isenções nos processos de acusação de violações dos direitos humanos.

A Integração dos Governos Militares Latino-Americanos:

Na segunda metade da década de 1970, o Brasil já havia ultrapassado o marco de dez anos comandado por um governo ditatorial. A violência política no país já havia provocado o desaparecimento e a morte de muitos cidadãos, assim como o exílio. Contudo, a partir da segunda metade dos anos 70 o governo acenou com a abertura política pressionado pelas lutas sociais a favor do fim do regime e também por crises internas na própria instituição militar. O que não impediu, como vimos na documentação, que as forças militares brasileiras manifestassem seu compromisso irrestrito com o combate ao “terrorismo” juntamente com os seus vizinhos sul-americanos.

Assim, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chile e Argentina, países também sob ditaduras, tiveram no Brasil, apesar das desconfianças, um aliado na tentativa de erradicar a oposição. Em consequência, projetaram-se sobre os países da América do Sul intervenções em todos os níveis sociais, políticos e econômicos. Eles se assemelhavam na imposição de um regime autoritário e ditatorial, que era respaldado pelo banimento dos pretensos inimigos nacionais. O que permitiu, assim, a desconsideração das fronteiras terrestres em favor da manutenção das fronteiras ideológicas desses governos.

Deste modo, a partir de 1975 os serviços de segurança do Brasil, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai traçaram um plano, denominado *Condor*.¹ Seu principal objetivo era a coordenação conjunta à repressão de *subversivos*, assim como a eliminação de quaisquer obstáculos aos governos ditatoriais. O que não significa que todos os países tiveram o mesmo nível participação .

¹ Ver: Quadrat, 2005.

O arquivo do general Ernesto Geisel foi de grande valia para decifrar a conjuntura autoritária por que passava a América do Sul e o modo de atuação conjunta dos governos ditatoriais. Ele nos permitiu conhecer a intensa troca de informações entre os serviços de inteligência dos países envolvidos, o engajamento comum na “caça ao terrorismo” e as denúncias de subversão. Como exemplo, pode-se mencionar o relato de uma audiência entre o ex-presidente brasileiro e o chanceler argentino Cesar Guzzeti, na qual expressaram o interesse pelo bom relacionamento entre os dois países. Outro exemplo são os apontamentos do Geisel, tomados naquela ocasião, sobre a posição alerta de seu governo na contenção de focos de movimentos subversivos que pudessem irromper contra o regime vigente e outras indicações sobre os princípios de colaboração entre os dois países mediante a troca de informações. Ao longo do mesmo diálogo, comentou-se da necessidade de um plano mais efetivo de combate aos movimentos de esquerda que, segundo Geisel, teriam apoio internacional através de círculos militantes espalhados por diferentes países.

Outro documento do arquivo Geisel sobre a troca de informações foi o resumo de uma reunião sobre a segurança interna brasileira. Nele, o chefe da SS-16 denuncia atividades *subversivas* comandadas pela “Junta de Coordenação Revolucionária” que teria sido criada em Buenos Aires, além de um núcleo de guerrilha no sul do país. Segundo ele, tal núcleo manteria contatos com guerrilheiros argentinos e uruguaios e era necessário barrar tais atividades.

Ainda neste mesmo arquivo, encontramos notas trocadas por Geisel e o chanceler argentino Angel Robledo, nas quais são debatidos o *terrorismo* na Argentina e a necessidade de freá-lo através de uma união entre os governos, bem como diversas denúncias de *conspirações terroristas* em outras partes da região e as perspectivas dos governos militares de aniquilá-las.

Já no acervo de Antônio Azeredo da Silveira foram encontrados relatórios sobre as relações dos Estados Unidos com a Europa e América Latina indicando, por exemplo, a participação e o apoio americano ao golpe que derrubou o presidente chileno Salvador Allende, bem como, as relações mantidas entre os EUA e o governo de Pinochet. As mudanças da política militar americana na época das eleições de Jimmy Carter também foram evidenciadas. Carter defendia a punição das sistemáticas violações aos Direitos Humanos e da averiguação de todas as denúncias que surgiam contra os países do Cone Sul. Podemos observar que a temática dos Direitos

Humanos, na visão de Azeredo, merecia *certa delicadeza*, pois exigia muitas manobras diplomáticas para *inocentar* o Brasil. Ele achava necessária a criação de um corpo diplomático de consultores em Direito Internacional. Em 1978, o embaixador brasileiro em Washington, Nascimento e Silva, atuou em caráter pessoal, na elaboração de uma defesa do Brasil perante as constantes acusações. A pesquisa neste acervo possibilitou a compreensão da insatisfação dos governos latino-americanos, diante das acusações de práticas de tortura pelo até então *aliado*, os EUA. Fica claro, porém, que os militares não romperam com a política estadunidense, pois tinham o propósito de manter o financiamento militar e empresarial daquele país. A análise dos documentos permite observar a percepção dos militares do Cone Sul de que a reorientação da política trazida por Carter não passou de uma estratégica tática, pois Washington continuava com o mesmo vigor de antes aos combates de quaisquer movimentos de inclinações socialistas, apenas utilizando do discurso dos direitos humanos como pretexto para desacreditar a imagem do Brasil.

É importante observar a conduta do governo brasileiro no jogo diplomático, mantendo sempre uma postura de cumplicidade com os países em troca de ajuda mútua, ou seja, o Brasil, quando era acusado de violação, tinha em outro país a garantia de sua defesa, um apoio obtido através de acordos diplomáticos e até mesmo financeiros. Foi assim que o Brasil conseguiu ser absolvido das inúmeras acusações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Ao mesmo tempo, o Brasil auxiliava na absolvição de seus vizinhos como o Chile e a Argentina (condenada pela CIDH em 1979, diante de mais de 5 mil denúncias de violações dos Direitos Humanos).

Em suma: o Brasil foi pressionado internacionalmente, principalmente entre as décadas de 60 e 70, por Comitês de Defesa dos Direitos Humanos devido às constantes violações ocorridas durante a ditadura militar brasileira. A diplomacia brasileira negava tais denúncias e revidava acusando os países denunciadores de opositores ao regime. Acusava, igualmente, as organizações não-governamentais contrárias ao governo de terem interesses políticos e fontes de financiamentos escusas. Nesse jogo de interesses e pressões, o Brasil conseguiu se livrar da maioria das acusações internacionais. Essas também resultavam de denúncias feitas por exilados que pressionavam pelo fim da ditadura em diferentes países mediante campanhas

5

pelos direitos humanos e, depois, pela anistia, cujas ações se intensificaram no final da década de 70.²

Bibliografia:

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. RJ: Record, 1999.

QUADRAT, Samantha. “A emergência do tema dos Direitos Humanos na América Latina”.in: QUADRAT, S. V. *et al* (Orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina*. RJ: FGV, 2008.

_____. *A repressão sem fronteiras*. PPGH, UFF, Niterói, 2005. Tese de Doutorado

Fontes:

Acervo Antônio Azeredo da Silveira. CPDOC/FGV.

Acervo Ernesto Geisel. CPDOC/FGV.

² Cf. CRUZ, 1999